

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA XX VARA CRIMINAL
DE XXXXXXXXXX/DF**

Prevenção aos autos nº XXXXXXXXXXXXX

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, portador do RG nº XXXXXXXXXX SSP/DF e CPF nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXX/GO, telefone: XXXXXXXXXXXXX, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXXX**, à presença de Vossa Excelência, requer

RESTITUIÇÃO DE BEM APREENDIDO

nos termos dos artigos 118 e seguintes do Código Processo Penal.

O filho da requerente foi preso em flagrante delito pela prática do crime descrito no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, momento em que foi apreendido um celular marca XXXXXXXX, modelo XXXXXXXXXXXX, IMEI XXXXXXXXXXXX, adquirido pela requerente.

Durante o inquérito policial, a requerente compareceu perante a autoridade policial, momento que foi informada que a restituição não poderia ser realizada naquela esfera.

Adveio sentença condenatória, bem como determinação de restituição do referido celular ao condenado.

Objetivando a restituição do referido bem, foi realizada tentativa de intimação do acusado na XXXXXXXXXXXX/XX, contudo Fulano de tal e seu filho já residiam na cidade de XXXXXXXXXXXX/XX, inviabilizando a comunicação da referida decisão.

Ademais, o celular foi adquirido pela requerente de forma lícita

junto à loja XXXXXXXX localizada em XXXXXXXXXXXX/DF, conforme comprova o documento em anexo.

O Art. 370 do CPP determina que a intimação do acusado e demais pessoas acerca de qualquer ato deverá observar o disposto no capítulo acerca da citação. Por seu turno, o Art. 361 do CPP determina que o réu deve ser intimado por edital quando não for encontrado, tornando ineficaz a intimação supracitada.

Ante o exposto, **Fulano de tal** requer a restituição do aparelho celular marca XXXXXX, modelo XXXXXXXXXXXXXX.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

XXXXXXXXXX-DF, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL
Requerente

FULANO DE TAL
Defensor Público